



Nota do MEP Sinasefe para 167ª PLENA

Após a importante iniciativa do Dia de Luta e Resistência em Defesa da Educação, ocorrido no dia 19 de maio, com atos virtuais e atos simbólicos às portas de nossas instituições educacionais, saudamos as/os participantes da **167ª Plena do SINASEFE**, trazendo rápidas considerações, diante dos desafios para superarmos a maior crise sanitária, econômica e social em nosso país.

Os casos de COVID-19 e as consequentes mortes impactam diretamente também as comunidades onde atuamos, atingindo nossos colegas, estudantes e familiares. Além da exorbitante quantidade de casos e de óbitos por coronavírus, o mapa da fome se expande no país, com milhões de famílias sem saber o que terão no prato no dia seguinte, muitas vezes contando com campanhas de solidariedade que têm sido organizadas pela classe trabalhadora e pela juventude. É imprescindível a nossa atuação, enquanto trabalhadores da Educação, **na defesa de empregos, de comida e de vacina**. Sendo assim, dialogar com as nossas bases no cotidiano também é nossa tarefa para explicitar o papel genocida que o atual governo tem cumprido. Nas atividades virtuais e onde houver atos de rua - com os devidos cuidados sanitários - é importante defendermos **Fora Bolsonaro-Mourão!**

Além dos ataques gerais, o MEP SINASEFE também considera importante mantermos os olhos bem abertos diante das iniciativas que atacam a Educação Pública e retiram nossos direitos.

A **Portaria 983/20/MEC**, entre diversos absurdos, traz a ampliação da carga horária (CH) mínima em sala de aula para 14h/a, equiparando hora-aula com hora-relógio. Além disso, insere o ensino à distância como componente regular das atividades (não mais com caráter "excepcional" ou "emergencial"). Esta portaria é um claro ataque aos IFs, por meio da precarização do trabalho docente. Ao aumentar a CH em sala de aula, limita o tempo que o professor pode se dedicar ao trabalho com pesquisa e extensão - tripé sobre o qual se assentam os Institutos Federais. Ao regulamentar o ensino à distância, já antevê a expansão desta forma de ensino para suprimir a falta de pessoal docente nos *campi*, desencadeada pela falta de concursos públicos e por outras medidas que buscam destruir o serviço público, como a **PEC 32/2020 - Reforma Administrativa**, que parlamentares têm se movimentado para iniciar sua tramitação.

Esta Reforma representa de fato um brutal ataque aos direitos sociais e trabalhistas, atingindo não apenas os funcionários públicos, mas o conjunto da população brasileira, principalmente os mais pobres, que sofrerão com a piora e a privatização dos serviços públicos. Seu objetivo maior é retirar a obrigação e a responsabilidade do Estado para com o atendimento às necessidades básicas da população, fazendo com que serviços públicos fundamentais como educação, saúde, previdência, assistência social e outros deixem de ser direitos, permitindo a sua plena mercantilização. Assim como **é importantíssimo que**

nos mobilizemos para enfrentar esta contrarreforma administrativa, é fundamental nos somarmos às lutas contra os projetos de desestatização dos Correios, da Eletrobrás, da DataPrev e do SERPRO.

Enquanto esta luta extrapola os muros da escola, do lado de dentro, os nossos problemas não são menores: A **nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** tem aparecido em nossos *campi* em parcerias do MEC com o SEBRAE por meio de “ações de empreendedorismo e inovação” e principalmente por meio dos novos livros didáticos, que têm chegado via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Temos sido surpreendidos por reuniões realizadas às pressas, com o objetivo de selecionarmos os livros que usaremos já a partir deste ano, todos de acordo com a **Reforma do Ensino Médio**, outro grande golpe sofrido pela educação - e pelo qual pensávamos que não seríamos tão diretamente afetados.

Defender o Ensino Médio Integrado é defender o direito de nossos jovens de ter uma formação profissional de qualidade que lhes proporcionará condições de agir de forma mais consciente como profissional neste sistema capitalista, podendo, inclusive, questionar as opressões às quais serão e/ou estão submetidos. A construção de uma sociedade mais justa passa, necessariamente, pela formação educacional de nossa juventude. Por isso, a luta por um Ensino Médio Integrado nos aproxima dos princípios que sustentam o Plano Nacional de Educação, cuja validade se estende até 2024, mas que tem sido esquecido propositadamente por esse governo fascista.

Para finalizar, convidamos todos e todas para construirmos, junto a demais trabalhadores, estudantes e Movimentos Sociais, o Fórum Sindical, Popular e da Juventude em defesa dos direitos e das liberdades democráticas; e que façamos nos **dias 26 e 29 de maio importantes mobilizações**¹, atuando para modificar a conjuntura a favor da classe trabalhadora.

MEP - Lutar, Criar, Escola Popular!

Inscreva-se em nosso canal no Youtube: [Canal MEP SINASEFE](#)

Curta nossa página no Facebook: [MEP Sinasefe](#)

Siga nosso Instagram: [@mepsinasefe](#)

¹ Aproveitamos a oportunidade para convidar vocês para nossa Conversa sobre a contrarreforma administrativa, que ocorrerá no dia 26 de maio, às 19h, em nosso canal no Youtube (MEP SINASEFE), quando receberemos Heverton Padilha, assessor jurídico do SINASEFE; e Caio Andrade, militante da Unidade Classista.